

Votação só depende mesmo de "quorum"

Congresso Nacional

Brasília — O restabelecimento das eleições diretas para prefeitos das capitais e a supressão da fidelidade partidária são duas das mais polêmicas propostas de emenda à Constituição entre as 91 que tramitaram no Congresso Nacional, ano passado. As matérias, discutidas em plenário, mas que não foram votadas por falta de **quorum** (dois terços das duas Casas, isto é, 320 deputados e 46 senadores) entrarão no calendário de atividades do Legislativo este ano. Como admitem vários parlamentares, porém, as possibilidades de aprovação são pequenas.

Das 91 propostas de emenda constitucional, só duas foram aprovadas em 1983: a do Senador João Calmon (PDS-ES), que fixa limites mínimos de investimento no ensino, tanto pela União como por Estados e Municípios, e o substitutivo Passos Porto (PDS-SE), que instituiu uma mini-reforma tributária. Como cinco ficaram prejudicadas pela aprovação destas duas, e uma foi retirada pelo autor, resta ao Congresso apreciar, em 1984, 79 emendas.

JORNAL LENTIDÃO BRASIL

- 2 JAN 1984

Na secretaria geral da Mesa do Senado encontram-se ainda, 65 propostas apresentadas por deputados e senadores ano passado, aguardando oportunidade de serem lidas em sessões específicas do Congresso. A leitura, que marca o início da tramitação da matéria, só pode ser feita com a presença de, no mínimo, 80 deputados e 12 senadores. Em 1983, só 47 propostas foram lidas. Diante disso, conclui um funcionário da secretaria, muitas emendas apresentadas, em 83, talvez só comecem a tramitar em 85.

A proposta de eleições diretas para os prefeitos das capitais está "em banho-maria", tanto quanto a campanha pelas diretas para a Presidência da República. Pelo menos, é o que garante o Deputado pemedebista Elquisson Soares (BA). Ele explica que as Oposições têm, hoje, 10 governos estaduais — nova do PMDB e um do PDT — e "esses Governadores, que não pretendem abrir mão de escolher seus prefeitos, certamente raciocinam como o sistema: as diretas complicam a vida da gente".

Na opinião de Elquisson, esses governadores oposicionistas estão apegados ao que condenavam anteriormente, porque agora fazem parte do sistema. Ele lembrou que "logo após as eleições de 1978, o PMDB recusou-se a fazer parte da mesa diretora do Senado porque não aceitava um biônico participando dela. Passados cinco anos, o Partido tem um biônico na sua secretaria-geral (Afonso Camargo-PR)." Outro parlamentar, Bonifácio de Andrada (PDS-MG), também qualificou de "muito difícil" a aprovação desta matéria, "porque todos os Governadores estão contra".

Proposta neste sentido, do Deputado Armado Pinheiro (PDS-SP) entrou em discussão quatro vezes, ano passado. A última foi dia 30 de novembro, mas não chegou a ser apreciada, ora por acordo de lideranças, ora por falta de quorum. No Senado, proposta com o mesmo teor do ex-Senador Mauro Benevides (PMDB-CE) foi discutida em conjunto com a de Armando Pinheiro, mas também não foi votada por falta de quorum.

A questão da fidelidade partidária, que na opinião geral poderá ser favorecida pelo choque das facções existentes dentro dos partidos — especialmente PDS e PMDB — gera uma posição mais otimista em alguns parlamentares que, contudo, não afastam as dificuldades da suspensão ou extinção desse princípio pelo Congresso.

O Deputado Elquisson Soares é o autor da proposta de extinção da fidelidade partidária, que entrou na pauta de discussão em setembro passado e não foi votada por falta de **quorum**. Heráclito Fortes (PMDB-PI), é o autor de uma segunda emenda, propondo a suspensão da fidelidade por um ano, que ainda não entrou em discussão e deverá ser anexada à de Elquisson, que trata do mesmo assunto e é mais antiga.

Heráclito lembra que o Presidente João Figueiredo manifestou-se favorável a sua proposta, em fins de setembro passado, ao receber em audiência o relator da proposta, Senador Marcondes Gadelha (PDS-PB). Acredita, também, que está sendo favorecido por episódios como as declarações do Ministro Leitão de Abreu sobre a validade do voto infiel no colégio eleitoral; pelas várias correntes formadas dentro do PDS e PMDB; pelo desentendimento entre o Deputado Agnaldo Timóteo (PDT-RJ) e o Governador Leonel Brizola; e pelo desacordo entre o deputado petebista Jorge Cury (RJ) e a direção de seu partido.

Elquisson concorda com os argumentos levantados por seu companheiro de Partido, mas não admite a suspensão, simplesmente; ele quer suprimi-la: "O princípio da fidelidade é uma mordaca que o sistema criou para segurar seus correligionários e temos que lutar para extingui-la". Lembra que o presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães (SP), é contra a extinção da fidelidade "porque quer prender seus deputados". Segundo Elquisson, na legislativa passada, quando o PMDB tinha apenas 68 deputados, Ulysses reputava a fidelidade como fruto do arbítrio, como atesta também o Deputado Heráclito Fortes.